

PARECER N.º73/CITE/2025

Assunto: Parecer prévio à recusa de pedido de autorização de trabalho em regime de horário flexível de trabalhadora com responsabilidades familiares, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

Processo n.º 7453- FH/2024

I – OBJETO

1.1. A CITE recebeu em 30.12.2024, da entidade empregadora ... pedido de **emissão de parecer prévio à recusa de prestação de trabalho em regime de horário flexível**, solicitado pela trabalhadora ..., com a categoria profissional de Operadora de Supermercado, a exercer funções na entidade empregadora supramencionada.

1.2. Por documento rececionado na entidade empregadora em 28.11.2024, a trabalhadora, apresentou **pedido de trabalho em regime de horário flexível**, nos termos dos artigos 56.º e 57.º do CT, no qual solicita que lhe seja elaborado um horário entre as 8h30 e as 12h30 e as 13h30 e as 17h30, com folgas fixas ao sábado e ao domingo a vigorar de 01 de janeiro de 2025 até 30 de junho de 2025.

Fundamentou o pedido baseada nas circunstâncias do falecimento do seu meu marido a 01/10/2024 perante as quais se viu forçada a alterar alguns procedimentos a nível familiar.

Nessa sequência indica que ficou a única responsável pelo seu agregado familiar composto pela própria e três filhos menores, (com nove, seis e dois anos de idade respetivamente), que consigo vivem em comunhão de mesa e habitação.

Refere que não dispõe de suporte familiar disponível que consiga garantir o acompanhamento dos menores, designadamente no que concerne a ir buscar e levar os meus filhos às escolas e infantário e ficar com os mesmos aos fins de semana.

Apresenta este pedido de horário flexível, na sequência de pedido anterior em tudo semelhante a este, que requereu à entidade empregadora, pelo período de dois meses (10/10/2024 a 31/12/2024), e que foi deferido pela mesma em outubro passado.

1.3. Por correio datado de 16.12.2024, a entidade empregadora **comunicou a intenção de recusa**, na qual são alegados os motivos de recusa do pedido formulado.

Alega por um lado, que o pedido formulado não consubstancia um pedido de horário flexível, pretendendo a trabalhadora, fixar o seu horário e, por outro lado, fundamenta a recusa, em exigências imperiosas do seu funcionamento, nomeadamente:

- Que a requerente tem a categoria profissional de Operadora de Supermercado e exerce funções na secção/balcão (Tabacaria), cujo período de laboração é o seguinte: de segunda-feira a domingo (incluindo feriados) das 08h30 às 20h30.;

- Que a secção onde esta trabalha tem um período de laboração contínua de 12 horas, pelo que os horários de trabalho vigentes nessa secção são necessariamente rotativos e diversificados de semana para semana.
- A secção a que a mesma está afeta tem apenas duas trabalhadoras fixas a tempo completo, entre as quais a requerente, sendo complementada em algumas horas por outra colega.
- Que no supermercado onde a requerente trabalha há 33 trabalhadores, dos quais 11 têm filhos menores de 12 anos;
- Que os trabalhadores prestam a sua atividade de acordo com o regime de horários diversificados e da rotatividade dos dias de descanso semanal.;
- Que a requerente integra a secção da tabacaria, onde vigoram os seguintes horários rotativos e diversificados, abrangendo todos os dias de segunda-feira a domingo, incluindo feriados:
 - Das 08h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h30;
 - Das 10h30 às 14h00 e das 16h00 às 20h30
- Que o horário solicitado pela requerente não existe na secção que integra, nem é enquadrável em nenhum dos turnos existentes.
- Que a pretensão da requerente é completamente incompatível com a normal organização e funcionamento do supermercado explorado pela empresa empregadora, concretamente porque o horário pretendido, não existe nem na secção em causa nem, aliás, em nenhuma secção do supermercado e colide com as necessidades laborais da empresa.
- Esclarece que o deferimento do primeiro pedido de horário flexível (10/10/2024), atendeu ao curto período de vigência solicitado (cerca de dois meses), tendo a empresa deixado bem claros à requerente que excecionalmente iriam suportar os graves impactos e prejuízos dessa situação na organização e funcionamento do estabelecimento.
- Referem ainda que o horário que permitiram excecionalmente e temporariamente ser praticado pela requerente não existia nem existe na secção a que esta está afeta (e até na empresa).

1.4. A trabalhadora não apreciou a intenção de recusa.

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

2.1. Cabe à CITE, nos termos do Decreto-Lei n.º 76/2012 de 26 de março, artigo 3.º:

“(…) d) Emitir parecer prévio no caso de intenção de recusa, pela entidade empregadora, de autorização para trabalho a tempo parcial ou com flexibilidade de horário a trabalhadores com filhos menores de 12 anos (…)”.

2.2. O/A trabalhador/a que pretenda exercer o direito estabelecido no citado artigo 56.º, designadamente trabalhar em regime de horário flexível, deverá solicitá-lo ao empregador, por escrito, com a antecedência de 30 dias, indicando qual o horário pretendido, bem como indicar o prazo previsto, dentro do limite aplicável, e declarar que o menor vive com ele/a em comunhão de mesa e habitação – cfr. artigo 57.º, do Código do Trabalho (CT).

2.3. Uma vez solicitada autorização de trabalho em regime de horário flexível, a entidade empregadora apenas poderá

recusar o pedido com fundamento em uma de duas situações, quando alegue e demonstre, de forma objetiva e concreta, a existência de exigências imperiosas do funcionamento da empresa que obstem à recusa, ou a impossibilidade de substituir o/a trabalhador/a se este/a for indispensável, nos termos do disposto no n.º 2, do mencionado artigo 57.º.

2.4. Nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, caso o parecer desta Comissão seja desfavorável, a entidade empregadora só poderá recusar o pedido do trabalhador/a após decisão judicial que reconheça a existência de motivo justificativo.

2.5. Neste regime de trabalho, o/a trabalhador/a poderá efetuar até 6 (seis) horas consecutivas de trabalho e até 10 (dez) horas de trabalho em cada dia, e deve cumprir o correspondente período normal de trabalho semanal, em média de cada período de quatro semanas.

2.6. A intenção do legislador que subjaz à elaboração da norma, prende-se com a necessidade de harmonizar o direito do trabalhador/a à conciliação da atividade profissional com a vida familiar, conferindo-lhe a possibilidade de solicitar ao seu empregador a prestação de trabalho em regime de horário flexível, sempre que tenha filhos/as menores de 12 (doze) anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica. Tal direito é materializável mediante a escolha, pelo/a trabalhador/a, e dentro de certos limites, das horas para início e termo do período normal de trabalho diário, cabendo ao empregador elaborar esse horário flexível, observando, para tal, as regras enunciadas no n.º 3 daquele artigo 56.º. Assim, incumbe ao empregador estipular, dentro da amplitude de horário escolhida pelo/a trabalhador/a requerente, períodos para início e termo do trabalho diário, cada um com duração não inferior a um terço do período normal de trabalho diário, podendo esta duração ser reduzida na medida do necessário para que o horário se contenha dentro do período de funcionamento do estabelecimento/serviço.

2.7. Tem sido entendimento maioritário desta Comissão considerar enquadrável no artigo 56.º do Código do Trabalho, a indicação, pelo/a requerente, de um horário flexível a ser fixado dentro de uma amplitude temporal diária e semanal indicada como a mais favorável à conciliação da atividade profissional com a vida familiar, por tal circunstância não desvirtuar a natureza do horário flexível se essa indicação respeitar o seu período normal de trabalho diário¹. Importa, ainda, que a amplitude indicada pela trabalhadora seja enquadrável na amplitude dos turnos que lhe podem ser atribuídos.²

2.8. A orientação que tem vindo a ser seguida por esta Comissão, é no sentido de a indicação pelos/as trabalhadores/as da amplitude horária diária em que pretendem exercer a sua atividade profissional, por forma a compatibilizá-la com a gestão das suas responsabilidades familiares, não consubstanciar um pedido de horário rígido ou uma limitação ao poder de direção do empregador, a quem compete determinar o horário, nos termos previstos

¹ Decorre do artigo 198.º do Código do Trabalho que **período normal de trabalho** significa o tempo de trabalho que o/a trabalhador/a se obriga a prestar, medido em número de horas por dia e por semana.

² Ver a este respeito o Parecer n.º 128/CITE/2010, disponível em www.cite.gov.pt

no artigo 212.º do Código do Trabalho, observado o dever de facilitar a conciliação da atividade profissional com a vida familiar, tal como expressamente referido na alínea b) do n.º 2, do referido preceito legal.

2.9. Da aplicação das normas legais citadas, resulta a obrigação de a entidade empregadora elaborar horários de trabalho destinados a facilitar a conciliação dos/as trabalhadores/as com responsabilidades familiares, de acordo com o disposto nos artigos 56.º e 57.º, do Código do Trabalho (CT), sendo legítimo ao empregador recusar o pedido com fundamento em exigências imperiosas do funcionamento da empresa ou serviço, ou na impossibilidade de substituir o trabalhador se este for indispensável, o que equivale a afirmar que impende sobre a entidade empregadora um dever acrescido de demonstrar nestes casos, concretizando objetiva e coerentemente, na prática, em que se traduzem tais exigências imperiosas.

2.10. No caso em apreço, a trabalhadora solicita a prestação de trabalho em regime de horário flexível, indicando que lhe seja atribuído um horário flexível entre as 8h30 e as 12h30 e as 13h30 e as 17h30, com folgas fixas ao sábado e ao domingo a vigorar de 01 de janeiro de 2025 até 30 de junho de 2025.

Fundamentou o pedido baseada no facto de ser mãe de três filhos menores, (com nove, seis e dois anos de idade respetivamente), que consigo vivem em comunhão de mesa e habitação. Refere que na sequência do falecimento do seu cônjuge, ficou a única responsável pela gestão das suas responsabilidades familiares, pelo que o pedido vem no sentido de uma melhor conciliação da atividade profissional com a vida familiar.

2.11. Analisado o pedido da trabalhadora e o circunstancialismo factual descrito na intenção de recusa, somos de entender que o empregador demonstrou a existência de motivos imperiosos do funcionamento do serviço que inviabilizem a atribuição do horário solicitado, conforme exige o n.º 2 do artigo 57.º do Código do Trabalho.

2.12. Em rigor, e tal como se refere supra (ponto 2.7 do presente parecer), o entendimento desta Comissão vai no sentido da possibilidade do/a trabalhador/a na elaboração de pedido de trabalho em regime de horário flexível, indicar uma amplitude temporal diária e semanal, desde que, enquadrada na amplitude de turnos existentes.

2.13. Analisado o pedido da trabalhadora, afere-se que a amplitude apresentada pela mesma – das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, deixam antever que não são enquadráveis com os turnos existentes no serviço onde a requerente desempenha funções.

2.14. Em sede de intenção de recusa a entidade empregadora alega que os turnos existentes e em prática são:
Das 08h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h30;
Das 10h30 às 14h00 e das 16h00 às 20h30;

2.15. Assim, tendo em conta o pedido da trabalhadora, outra conclusão não se pode retirar que não seja a de que o horário solicitado, não existe.

2.16. O que, em rigor, significa que a existência de um horário de trabalho em regime de horário flexível desenquadrado com a amplitude dos turnos existentes, implica “*per si*”, a desregulação dos mesmos.

2.17. Com efeito, tais factos inviabilizam o pedido formulado pela trabalhadora, tal como requerido.

2.18. Desta forma, poderá a trabalhadora, apresentar um novo pedido, cumprindo o formalismo previsto nos artigos 56.º e 57.º do Código do Trabalho.

2.19. Quanto aos demais fundamentos invocados na intenção de recusa da entidade empregadora, fica a sua análise jurídica prejudicada pela verificação dos factos acima referidos.

2.20. Sem prejuízo do exposto, importa salientar que o reconhecimento dos direitos dos/as trabalhadores/as com responsabilidades familiares não implica a desvalorização da atividade profissional que prestam, nem a depreciação dos interesses dos empregadores. Pelo contrário, o direito à conciliação da atividade profissional com a vida familiar,

consignado na alínea b), do n.º 1, do artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa, é um direito especial que visa harmonizar ambas as conveniências, competindo à entidade empregadora organizar o tempo de trabalho de modo a dar cumprimento ao previsto na lei sobre a proteção da parentalidade.

III – CONCLUSÃO

Face ao exposto:

3.1. A CITE emite assim, parecer favorável à intenção de recusa da entidade empregadora ... relativamente ao pedido de trabalho em regime de horário flexível, apresentado pela trabalhadora com responsabilidades familiares

Sem prejuízo do acordo que possa vir a ser estabelecido entre as partes, apela-se à entidade empregadora para que tenha em consideração a situação específica da trabalhadora, a sua realidade familiar e as circunstâncias do caso concreto, incentivando a busca de um entendimento mútuo e razoável para ambas as partes.

3.2. Poderá a trabalhadora, caso assim o pretenda, apresentar novo pedido de trabalho em regime de horário flexível, nos termos constantes no artigo 56º e 57º do Código do Trabalho.

3.3. A entidade empregadora deve proporcionar à trabalhadora condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, e, na elaboração dos horários de trabalho, deve facilitar à trabalhadora essa mesma conciliação, nos termos, respetivamente, do n.º 3 do artigo 127.º, da alínea b) do n.º 2 do artigo 212.º e n.º 2 do artigo 221.º todos do Código do Trabalho, aplicáveis, também, aos/às trabalhadores/as em funções públicas, por força do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014,

de 20 de Junho, e, em conformidade, com o correspondente princípio, consagrado na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa.

IV - A CITE informa que:

4.1. Considera que os pareceres emitidos nos termos do artigo 57º, nº 7 do Código do Trabalho, são vinculativos e têm efeitos imediatos. Assim, sendo o mesmo desfavorável à entidade empregadora, a CITE considera que esta apenas pode recusar o pedido após decisão judicial, que reconheça a existência de motivo justificativo para a recusa do mesmo. Sem prejuízo do até agora referido quanto à impugnação judicial, uma vez concedido o direito do trabalhador/trabalhadora especialmente protegido ao regime de horário flexível, mediante parecer da CITE, continua o horário, em concreto, a ser fixado pelo empregador, dentro dos condicionalismos previstos nos n.ºs 3 e 4 do art. 56º do Código do Trabalho (Cfr. art. 212º, n.º 1 e n.ºs 3 e 4 do art. 56º).

4.2. Considera, igualmente, que a apresentação de reclamação ao presente parecer, designadamente nos termos dos artigos 189º e ss. do CPA, não suspende os efeitos do mesmo, pelo que, de acordo com o seu entendimento, não haverá, igualmente, lugar a deferimento tácito por falta de resposta da CITE ao pedido de suspensão de eficácia de ato administrativo que, eventualmente, possa ser requerido.

4.3. A inobservância do parecer da CITE é passível de queixa às entidades com competência inspetiva das situações jurídicas laborais.

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS DA CITE EM 29 DE JANEIRO DE 2025